
CONTRIBUTO PARA A INTERPRETAÇÃO DO FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO

O presente artigo corresponde a um trabalho monográfico individual do autor, como auditor do Curso de Defesa Nacional de 1993, escolhido para publicação na revista «Nação e Defesa».

Samuel Rodrigues

CONTRIBUTO PARA A INTERPRETAÇÃO DO FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO

ÍNDICE

1. GÊNESE DO CONCEITO E EVOLUÇÃO DO FENÔMENO

2. FUNDAMENTALISMO E BÍBLIA

2.1. *Esquema fundamentalista*

2.2. *Exegese fundamentalista*

3. O FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO

3.1. *Breve conspecto*

3.2. *Será o Islão uma ameaça?*

4. TEXTO SAGRADO

4.1. *Entendimento dos cristãos*

4.2. *Entendimento dos muçulmanos*

5. CONCLUSÃO

SUMÁRIO: Apresentada a gênese do conceito de fundamentalismo, a evolução desse fenómeno e o quadro conceptual das respectivas referências bíblicas, descreve-se o fundamentalismo islâmico e, com intenção comparativa, o entendimento que cristãos e muçulmanos fazem dos respectivos livros sagrados.

O fundamentalismo está na moda, no sentido de ser um fenómeno que se observa em todo o mundo, fenómeno de configuração principalmente, embora não exclusivamente, religiosa. Na noção *fundamentalismo* entram variadas e, sobretudo, difusas atitudes de matriz política, social e religiosa, mas a sua

marca distintiva é o acentuar de um ponto de vista tido como verdade absoluta e da negação, acoplada com aquele, de princípios da modernidade, tais como pluralismo, tolerância, relativismo e secularização.

O termo serve para qualificar seitas bíblicas, o Islão xiita dos ayatoláhs, o reaganismo de recente memória... Em sentido amplo designa as várias formas de conservadorismo religioso ou sociopolítico, que se fazem acompanhar de rigorismos no campo moral, da nostalgia de uma inocência perdida e de integrista desconfiado da mais simples novidade que seja.

O conceito tem, em regra, registos pejorativos, a sugerir a ideia de estreiteza de espírito, de fanatismo, de obscurantismo, de dureza espiritual, e, assim sendo, ninguém gosta de se ver apontado como fundamentalista; aliás, o termo condena mais do que qualifica.

1. GÊNESE DO CONCEITO E EVOLUÇÃO DO FENÓMENO

O fundamentalismo nasceu como movimento tipicamente americano de defesa/rejeição contra as tendências redutoras do liberalismo e do modernismo, que se faziam sentir no protestantismo americano, na passagem para o século XX. O «movimento» fora precedido por uma «corrente» fundamentalista, na segunda metade do século XIX, na qual tiveram lugar de relevo os conteúdos nucleares do credo da Igreja antiga (Trindade, Divindade de Cristo, nascimento virginal, Ascensão corporal de Jesus e espera da Sua vinda), ligados ao acentuar da importância da conversão pessoal e à rejeição da crítica bíblica.

Parece que a palavra «fundamentalista» foi utilizada pela primeira vez em 1920, por Curtis Lee Laws, no jornal baptista *Watchman-Examiner*, mas o conceito «fundamentalismo» remonta à série de escritos *The Fundamentals. A testimony to the truth* (1910-1915), em 12 volumes e cerca de um milhão de exemplares de tiragem. Contra os dados mais recentes das ciências naturais e históricas e o acolhimento que as mesmas estavam a receber por parte da teologia liberal, os teólogos conservadores fizeram finca-pé nos «fundamentos imutáveis» da fé cristã. O seu diagnóstico (identificando as transformações do mundo com a decadência dele e a apostasia como a raiz desse processo) conduziu ao predomínio das expressões tradicionais da fé. Foi dado lugar central à crença na absoluta ausência de erro na Bíblia, fortemente abalada pela investigação histórico-crítica daquela época, no sentido

de que a Bíblia não contém erros no âmbito da geografia, da história, da biologia, etc. — porque a inspiração divina não permite que passe inadvertido o mínimo erro. Especialmente quente foi a polémica sobre a narrativa bíblica da criação, contraposta às teorias evolucionistas: alguns casos chegaram mesmo a ser levados a tribunal, como o célebre «processo dos macacos», em 1925, em que o darwinismo foi condenado.

Após a Primeira Guerra Mundial, o fundamentalismo recebeu novo impulso e divulgou-se na Europa, tendo levado a sérios conflitos em várias confissões protestantes, e a tendências anti-semitas e anticomunistas. O fundamentalismo bíblico continuava activo ainda em meados do século, como se provou em 1952 com o movimento de protesto contra a *Revised Standard Version*, uma espécie de «tradução de unidade» para todas as confissões protestantes.

Sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, a intolerância militante, que se centrava na leitura fundamentalista da Bíblia, no seu entendimento à letra, transferiu-se em grande parte para o campo político: o espírito de missão americano encontrou no comunismo novo terreno de luta. Inimigos a abater pelo fundamentalismo são o socialismo, o ateísmo, o espiritualismo, a teologia liberal, o pensamento evolucionista e a crítica bíblica.

Por *teologia liberal* entende-se aqui a corrente teológica no protestantismo, caracterizada pelo racionalismo e pela rejeição da fé revelada, em proveito da razão natural. Representantes dela foram, entre outros, D. F. Strauss e F. Schleiermacher.

Por *crítica bíblica* entende-se o estudo científico da Bíblia com recurso aos métodos históricos e críticos e a outras ciências, como a história, a filologia, a arqueologia, etc.

Com mais declarada conotação política e já numa nova fase, o fundamentalismo manifestou-se desde os primeiros tempos do Presidente Reagan: a direita republicana apoiou o grupo mais aguerrido da direita cristã, a *moral majority* do rev. Jerry Falwell, que pugnava pela moralidade pública, se opunha ao álcool e ao tabaco e afirmava, como limite, *God is an american*.

Curioso é o paralelo, em razoável sincronia, que se pode estabelecer com o sucedido dentro da Igreja católica: durante o pontificado de Pio X (1903-1914), o impulso da corrente mais conservadora levou à condenação do chamado «modernismo»; passou até a exigir-se, em determinadas circunstâncias, a prestação do «juramento antimodernista», cuja vigência perdurou até aos tempos do Concílio Vaticano II.

Modernismo é a designação global para as várias opiniões teológicas que apareceram na Igreja católica no dobrar do século, e que procuraram interpretar a fé cristã tendo em conta a nova cultura e a racionalidade científica. Esta corrente transmitia ideias que punham em causa a teologia tradicional e propunha uma nova interpretação da Bíblia e do dogma, que foi condenada por Pio X. Tal reacção conservadora deu origem ao «antimodernismo», movimento conservador, em vários aspectos análogo ao fundamentalismo.

A preocupação dos antimodernistas pela salvaguarda da ortodoxia provocou o aparecimento, em Roma, de uma iniciativa chamada *Sodalitium pianum*, uma rede de informações (que em França se chamou *La Sapinière*), obviamente secreta e simultaneamente um grupo de pressão.

Em sentido teológico preciso, deduzido dos textos em que o Papa o condenou, em 1907, e que foram o decreto *Lamentabili* e a encíclica *Pascendi*, o modernismo é um conjunto de «erros» nas áreas da filosofia da religião, apologética, ciências bíblicas, história dos dogmas e acção político-social, que se reconduzem a dois erros base: o agnosticismo e o imanentismo. Em consequência destes erros suprime-se o carácter sobrenatural da fé, do dogma e da Igreja, em nome de uma experiência de Deus exclusivamente interior e à medida da natureza do homem. Como resultado da interpretação subjectivista e histórico-evolucionista, e da experiência da fé como religião natural, são inteiramente relativizados os dados da Revelação, na Escritura e na Tradição da Igreja. Esta, como fruto colectivo da religião natural, fica apenas com a tarefa secundária de tornar compreensível aquela experiência religiosa íntima e, visto cada época ter o seu estilo próprio de experienciar Deus, os ensinamentos da Igreja apenas darão corpo a essas formas diferenciadas da evolução dos dogmas. Em resumo: conhecimento e fé são dois mundos separados, segundo o modernismo.

Entre os nomes principais da «escola» modernista devem mencionar-se os do francês Loisy e do inglês Tyrrell.

2. FUNDAMENTALISMO E BÍBLIA

Historicamente, como se viu, o fundamentalismo nasceu em ambiente bíblico-teológico. Ele constitui um tipo específico de religião: não é uma seita, sob o ponto de vista da organização; é uma realidade transconfessional,

que ultrapassa as fronteiras das Igrejas ou confissões religiosas; é uma atitude milenarista que esvazia o presente da sua dinâmica (o fundamentalismo é anti-histórico); é a pretensão de serem eles os únicos verdadeiros cristãos, os únicos que se salvam. Como ficou dito, em 1909, os defensores fervorosos da ordem estabelecida organizaram um protesto reaccionário, lançando a série *The Fundamentals*, que era uma espécie de manifesto ortodoxo destinado a servir de «teste» de lealdade ao protestantismo tradicional e de critério para julgar/condenar as posições dos liberais.

2.1. Esquema fundamentalista

O fundamentalismo não é apenas um movimento conservador e reaccionário; é uma *Weltanschauung*, uma maneira particular de apreender toda a realidade: Deus, o homem, o universo e a história. O fundamentalismo:

- a. é uma religião do livro: é maneira de ver a Bíblia como a única referência que goza de autoridade absoluta, por ser norma infalível e isenta de erro.
- b. é milenarista: é uma concepção mítica que aguarda o mundo que há-de vir como a terra prometida ou o paraíso reencontrado. Porque afirma exclusivamente o pólo do futuro, esvazia de conteúdo o presente: na história não se passa nada.

Em sentido mais preciso, o milenarismo afirma que o reino final de Deus é precedido por um reino terrestre com a duração de mil anos — *millenium*.

- c. é unívoco: a realidade não tem vários níveis de significação, complementares e concorrentes, porque há um único modelo de comportamento e de acção, válido para todos e em todas as circunstâncias. Ou seja: a realidade não é análoga, com relações de semelhança, de proporção ou correspondência entre realidades diversas, mas que têm algo em comum.
- d. é dualista: erige em antíteses absolutas, em posições endurecidas e radicais o que é, simplesmente, a polaridade do mundo real: bem/mal; Deus/homem; fé/razão; graça/natureza; modernidade/tradição; capi-

talismo/comunismo, etc. Obviamente, o fundamentalista crê ser ele o único senhor da verdade.

- e. é radical, não no sentido evangélico (o qual, através de antíteses como Deus/César; Deus/dinheiro; carne/espírito, ou de frases incisivas como «dar todos os seus bens»; «odiar a sua própria vida»; «amar os seus inimigos», aponta para a exigência absoluta que o «acontecimento-Jesus» coloca aos homens) mas no de favorecer uma ética rígida e rigorista, marcada pela conformidade à letra e não pela prossecução de valores, atribuindo o primado à ordem e à disciplina mais do que à iniciativa e a liberdade, absolutizando o que é relativo, com exigências morais que esmagam e alienam.

2.2. Exegese fundamentalista

A Bíblia é não apenas o livro, mas, sobretudo, o *único* livro; por isso citá-la é já, em si, uma acção ritual. A exegese fundamentalista tem como pano de fundo o esquema, a *Weltanschauung* de que se falou atrás; mas o seu princípio imediato é o da inerrância (e não o literalismo, como às vezes se afirma), no sentido de que a Bíblia não pode conter erros, nem falsidades, nem contradições. A leitura fundamentalista da Bíblia:

- a. é literal: os fundamentalistas são literalistas, por princípio, mas só até não estar em causa o «dogma» da inerrância. Em nome desta, a interpretação será literal ou não literal: «se uma passagem entra em contradição com um facto cientificamente provado, então o autor sagrado não queria ser tomado em sentido literal», como escreve P. J. Achtemeier.
- b. é harmonizadora: não há nela qualquer contradição interna. Por isso a harmonização procura «desocultar» o acontecimento escondido nas Escrituras (por ex. Harold Lindsell, *Battle for the Bible* [Grand Rapids 1976] 175-178, para harmonizar Mt. 26,34; Mc. 14,30; Lc. 22,34 e Jo. 13,38, põe Pedro a negar Cristo 6 vezes e o galo a cantar após a 3.^a e a 6.^a negação — demonstrando, afinal, que nenhum dos Evangelhos faz a descrição exacta e que, dos 4 autores, nenhum conta o que verdadeiramente aconteceu...).

- c. é anticrítica, porque para o fundamentalismo não há história das formas e das tradições, nem campos semânticos, nem géneros literários, nem determinações históricas, sociopolíticas ou simbólicas.
- d. é privatística, porque cada crente individual é chamado a apropriar-se da Bíblia, mesmo decorando-a, e a descobrir-lhe o sentido; para isso basta o texto, sem necessidade de anotações — *solus cum sola Scriptura*. Cada qual é simultaneamente exegeta, teólogo e Papa — mas a realidade prática é outra: a interpretação pessoal é a repetição da interpretação tradicional.
- e. é selectiva, apesar da declaração de que cada palavra e cada passagem têm importância igual. Efectivamente os temas centrais dos fundamentalistas são a justificação através da fé, o evangelismo e o milenarismo, sobretudo o primeiro. Nesse sentido, E. Carnell diz que as cartas aos Romanos e aos Gálatas são o centro da Escritura.
- f. é concordista, porque compreende o real a partir da Bíblia e não o inverso.

3. O FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO

O n.º 5 do ano 47 da revista *Der Spiegel*, de 1.2.93, dedicou o terceiro capítulo da série «Trends 2000» ao *fundamentalismo islâmico — uma revolta contra o Ocidente e a sua ordem mundial*. O título do artigo *Unser Marsch hat begonnen* — a nossa marcha começou, é bem elucidativo: é uma frase do xeique sunita Said Shaaban, de Trípoli, no norte do Líbano. A frase completa é: «a nossa caminhada começou e o Islão conquistará, por último, a Europa e a América, porque o Islão, neste mundo em desespero, é o único caminho que ainda existe para a salvação».

Será simples jactância de um crente que vive fora deste mundo, ou palavra de aviso para uma guerra religiosa que este século ainda não viveu? Ultrapassado (?) o perigo «vermelho» surgirá, 700 anos mais tarde, uma cruzada de sinal contrário, de muçulmanos «ao assalto da cidadela do bem-estar, da liberdade e da democracia», como temia o *Süddeutsche Zeitung* no início deste ano? Em Khartum, o líder religioso Turabi já sonha com a restauração do Califado, de um reino islâmico simultaneamente espiritual e profano, na esteira de Maomé.

3.1. Breve conspecto

Todos os dias os muçulmanos de 46 Estados, desde o Senegal à Indonésia, inclinam-se na direcção desse poderoso «campo magnético» que é Meca, o seu lugar sagrado, e 5 vezes por dia um quinto da humanidade repete a sua profissão de fé.

Hoje o Islão é a mais aguerrida de todas as religiões. Ali Khameney, o sucessor de Khomeiny, disse-o de forma clara: «o Alcorão numa das mãos e na outra a espada: foi assim que o nosso Profeta realizou a sua missão. O Islão não é uma religião de hipócritas, mas fé de quantos prezam a guerra e a desforra».

Já Tocqueville, no século passado, reconheceu a particularidade central do Islão — a fusão da autoridade espiritual e temporal, da religião e da política: «o maometismo, escreveu ele, é a religião que mais integralmente misturou e confundiu as duas esferas de poder, de tal modo que todos os comportamentos da vida civil e política são regulados pela lei religiosa, em maior ou menor grau».

A doutrina de Maomé exige a submissão total ao Deus Todo Poderoso. Ela é mais simples e concreta que as religiões dos hindus, budistas, judeus e cristãos. Não tem mistérios como Ressurreição, Trindade, Encarnação, Redenção, nem uma instituição central, como, por exemplo, o Papa, que dê instruções obrigatórias.

Por outro lado, nenhum aspecto do agir humano fica livre da sua influência e penetração, é uma religião que se subtrai largamente ao entendimento cultural e político do Ocidente e cultiva muito de arcaico, irracional e agressivo. A identidade da autoridade teológica e político-social torna o Islão susceptível de ser uma porta aberta para o totalitarismo.

As contradições étnicas, políticas, linguísticas e, sobretudo, económicas da enorme «família» islâmica são tão grandes que ela dificilmente se unirá: lealdades de tribo ou de clã são muitas vezes mais fortes que o vínculo da religião comum, e o sonho da *dar el-islam* — a casa islâmica, tão velho como o islamismo, será uma utopia que nunca se transformará em realidade. Por exemplo, os mujaedines do Afeganistão, vencedores do exército soviético, entregaram-se a uma luta impiedosa pelos despojos, em Kabul — relativamente a irmãos seus na fé, que era suposto libertarem, mas que tiveram de fugir da cidade. O mufti Mohamed Tantawi, a mais alta autoridade islâmica no Egipto,

lastima a desunião da *Umma*, da comunidade dos crentes, afirmando que «os muçulmanos se dilaceram uns aos outros».

Durante séculos o Ocidente, alimentado por medos ante o supostamente enigmático Oriente, menosprezou os muçulmanos como pagãos: Dante deixou Maomé a esturrar no Inferno, Lutero insultou-o e Voltaire, numa carta a Frederico, o *Grande*, fez troça «daqueles comerciantes de camelos».

Os valiosos contributos da sabedoria islâmica não ficaram tanto na memória dos ocidentais como a imagem das hordas de cavaleiros que, atravessando Gibraltar em 711, já tinham chegado a Poitiers em 732; a Oriente foi a imagem da conquista de Constantinopla em 1453 e, mais do que tudo, o tremor da Europa, até ter conseguido travá-los perante as muralhas de Viena em 1683. O bloqueio frustrado de Viena foi a última chama do expansionismo islâmico na Europa; um século mais tarde, em 1798, Napoleão aniquilou com espantosa facilidade a multidão do exército dos mamelucos. A sequela foi um choque até hoje não ultrapassado: os muçulmanos, crentes de uma religião universal, herdeiros de uma grande cultura, descendentes de senhores de um império, tiveram de reconhecer que o progresso foi ditado por não muçulmanos. A invasão do mundo técnico, industrializado, e simultaneamente liberal sob o ponto de vista religioso, abalou quase todas as instituições e valores tradicionais do Islão. Esta experiência traumática, sem paralelo entre os povos europeus, deixou no mundo islâmico um sentimento de inferioridade, fraqueza e entrega ao Ocidente; o Islão parece incompatível com a modernidade.

Entretanto, ideologias importadas como nacionalismo, secularismo ou socialismo, sem quaisquer raízes no Islão, levaram uma nova elite de árabes a procurar imitar os êxitos do Ocidente. Jovens oficiais, como Nasser no Egito, tomaram o poder, sonhando, não com o reino de Alá, mas com o pan-arabismo, a união dos Estados árabes sob um líder profano, o *Raïs*. Esta receita, de uma simbiose entre o progresso ocidental e a tradição islâmica, acabou num desastre de que o mundo árabe ainda não se recompôs: precisamente o Estado judaico, uma farpa do Ocidente na carne da comunidade islâmica, infligiu a Nasser e aos árabes, em Junho de 1967, a mais amarga de todas as derrotas: na guerra dos 6 dias, Israel aniquilou os exércitos modernos do Egito, Síria e Jordânia — e conquistou o lado oriental de Jerusalém, a terceira cidade sagrada do Islão. Último elo de uma cadeia de choques de culturas e de humilhações foi a guerra do Golfo contra Saddam

Hussein: de novo um exército ocidental a aniquilar uma potência árabe e, desta vez, inclusive a pedido de Estados árabes irmãos.

Saddam, inimigo de Khomeiny e chefe do partido socialista da regeneração árabe, que tinha perseguido sem piedade dignitários muçulmanos, convocou o mundo islâmico para a guerra santa contra os infiéis — e as potencialidades de recrutamento pareceram não ter limite: nos bairros miseráveis e densamente povoados de Argel, Cairo, Túnis ou Djibuti formou-se um bando de mais de um milhão de muçulmanos frustrados e rancorosos.

Se houve um vencedor na guerra do Golfo, foram-no os fundamentalistas. Organizações como a Frente Islâmica de Salvação (FIS), na Argélia, a Fraternidade Muçulmana, no Egito, a Jihad Islâmica, no Líbano, alimentam-se com as doenças das sociedades árabes: desgoverno estatal, corrupção, repartição grotescamente desigual da riqueza. O rendimento *per capita* do Koweit é cerca de 130 vezes maior que o da Etiópia; com um terço dos petrodólares que os senhores feudais do Golfo depositaram no Ocidente podia pagar-se a dívida externa do conjunto dos países árabes.

Os ultras piedosos, em nome de Alá e com intenções precisas, oferecem alternativas ao sistema: atijam o ódio ao Ocidente, como causador de todas as misérias, e aos seus próprios governantes, todos eles «paus mandados do imperialismo ocidental e coveiros do Islão», como disse o líder integrista argelino Abassi el-Mandani.

Há quase dois anos, na Argélia, os fundamentalistas estiveram muito próximos de chegar ao poder: nas primeiras eleições livres e democráticas de um Estado islâmico, a FIS preparava-se para tomar o poder por vias legais, atingindo quase 50% dos votos na primeira volta das eleições. O triunfo, na segunda ida às urnas, não aconteceu porque o exército, garante do Estado argelino moderno, viu-se ameaçado e tomou conta do poder, proibiu a FIS prendeu os seus chefes e milhares de simpatizantes, fechando-os em instalações vigiadas no deserto. É que o fundamentalismo islâmico é, também, uma questão de tomada do poder.

A ascensão dos líderes religiosos começou no fim dos anos 70, ao mesmo tempo que o dos grandes nomes do aparelho burocrático, cuja legitimidade derivava da oposição ao domínio francês; todos juntos tinham conduzido o país ao caos por incapacidade, corrupção e nepotismo, apesar das consideráveis receitas do petróleo. Como consequência verificou-se o êxodo rural, crise de habitação, inflação e desemprego, com especial repercussão na juventude

(mais de dois terços dos 26 milhões de argelinos têm menos de 25 anos e metade deles não têm emprego). O refúgio na religião foi o caminho para muitos e Mandani proclamou sem hesitar: «no Islão está a vossa salvação; só ele tem resposta para as vossas necessidades». A FIS organizou a assistência aos pobres, nas escolas e jardins de infância, e ajudou estudantes; as mesquitas tornaram-se centros de contrapoder; os seus membros recrutaram aderentes em todos os estratos sociais, nos bairros das periferias e nas universidades, e tentam que passe despercebida a introdução de membros seus entre os oficiais subalternos. Se conseguirem mudar a face das Forças Armadas, os dias do regime estarão contados e a Comunidade Europeia terá uma república islâmica na frente da porta — para além do risco de exportação da ideologia da FIS para os Estados vizinhos da Tunísia e Marrocos. Que os Estados árabes estão atentos ao fenómeno parece demonstrá-lo o facto de o rei Fahd da Arábia Saudita ter mandado prender membros da FIS, disfarçados de peregrinos a Meca.

Os fundamentalistas sauditas não perdoaram ao monarca que este, durante a guerra do Golfo, trouxesse para a «terra do Profeta» e para proteger o seu regime mais de 800 000 soldados estrangeiros, entre eles mulheres armadas — o inaudito para os puristas sauditas.

As raízes do fundamentalismo no Egipto são semelhantes às argelinas: depauperamento da população, corrupção, juventude sem futuro. O presidente Mubarak enfrenta um duplo desafio: os terroristas da *Djamaat islamia* tiveram sob o seu controlo, durante várias semanas, aldeias de coptas no alto Egipto, realizaram atentados a turistas ocidentais — sendo o turismo uma das principais fontes de receita do país. Perigo maior é a Fraternidade Islâmica: fundada em 1928, é hoje uma das tropas de combate mais fortes no Médio Oriente. Parece ter uma estratégia dupla: preconiza o regresso aos antigos valores do Islão e a rejeição da ideologia ocidental, e, por outro lado, procura chegar ao poder através da formação de partidos políticos. Os fundamentalistas egípcios também não recusam o uso de violência para atingir os seus fins: o tenente Chalid Islambuli, chefe dos autores do atentado contra o presidente Sadat, em Outubro de 1981, apresentou-se como «radical de corpo e alma». E foram radicais quem matou, em plena rua, no Cairo, o escritor Farag, um crítico «ocidentalizado».

A evolução dos Estados islâmicos na zona da ex-União Soviética poderá ser um teste para o futuro do islamismo: se se decidirem pela «via turca» do

Estado laico, os fundamentalistas sofreriam uma derrota na sua longa marcha; os *mullahs* iranianos já viram o perigo e doam milhões para a construção de mesquitas e a formação de líderes religiosos na Ásia Central. Se, ao contrário, o Islão se impuser nas estepes asiáticas ao sul da Rússia, então a ofensiva fundamentalista pode transformar-se num cortejo triunfal: da Argélia ao Tadjaquistão ter-se-ia formado, à porta da Europa, uma cintura de Estados religiosos à imagem de Khomeiny.

Mandani disse, alguns dias antes de ser preso: «o nosso modelo é Maomé, que criou a primeira comunidade islâmica; é a ele que queremos imitar». O Profeta, quando morreu, tinha feito a união das tribos da Península Arábica; trinta anos mais tarde os seus seguidores tinham conquistado um reino que se estendia desde o Mediterrâneo ocidental até ao ocidente da Ásia — maior que o de Alexandre Magno.

3.2. *Será o Islão uma ameaça?*

Será inevitável o choque com o Ocidente? Ou será o fundamentalismo islâmico uma invenção dos estrategos ocidentais, que precisam de um inimigo novo?

Bassam Tibi, nascido em Damasco em 1945, e professor de Política Internacional na Universidade de Göttingen e *Research Associate* na Universidade de Harvard, qualifica o fundamentalismo islâmico como «uma nova variante do totalitarismo».

O fundamentalismo religioso é um fenómeno global, é certo. Mas enquanto o fundamentalismo hindu ou sikh, ambos militantes e agressivos, se dirigem às suas próprias comunidades, no Islão o fundamentalismo recorre à doutrina do universalismo, politiza-a e, com base nela, desenvolve o conceito neo-islâmico de uma ordem universal dominada pelo Islão, que não se encontra nem no Alcorão nem noutras fontes islâmicas, e pretende impor a sua própria ideologia de salvação como remédio universal para ultrapassar a crise da humanidade.

Distingamos (ao menos a nível dos conceitos), salientando que, por um lado, o Islão pode rever-se numa cultura com mais de 13 séculos, da qual inclusivamente a Europa tirou proveito, pois o racionalismo da época áurea do Islão medieval deixou naquela os seus traços positivos (recorde-se Avicena e Averroes, por exemplo). Pelo contrário, o fundamentalismo islâmico é um

produto dos tempos modernos, mas os símbolos com que se apresenta são claramente medievais; é uma ideologia de data recente que, sem restrição, pode ser qualificada como uma variante nova do totalitarismo. Os fundamentalistas islâmicos construíram conceitos como «domínio de Deus» e «sistema islâmico», que querem impor a todo o mundo com recurso à força, se for preciso, mas que se ficarão pelos desejos piedosos, se não tiverem meios para isso. Aqueles conceitos, como a própria ideia de fundamentalismo, são neo-árabes e não se encontram nas fontes islâmicas.

Dentro do *establishment* político do Islão, os fundamentalistas são qualificados como *ghulat* — fanáticos, e o conselheiro do presidente egípcio, Mohamed Ashmawi, caracterizou-os como loucos e caridjitas (o caridjismo foi fundado no século VII; a palavra significa abandonar — a *umma*, a comunidade islâmica, entenda-se). É claro que os fundamentalistas se consideram a si mesmos como a verdadeira *umma*.

A utopia do fundamentalismo islâmico para o século XXI é a islamização do mundo inteiro, tendo como prioridade a transformação dos 46 Estados já islamizados em Estados que vivam sob o «domínio de Deus», segundo os critérios da lei islâmica.

Na Europa Ocidental há 12 milhões de muçulmanos e nos Balcãs 8 milhões, que até há pouco tempo conviviam em paz num estado secular. Mas, na Bósnia, o fundamentalismo assumiu as roupas de um etnofundamentalismo sérvio, a perturbar o modelo prático do estado islâmico liberal.

Os muçulmanos em diáspora na Europa Ocidental não têm sido, por vezes, liberais e laicos. Em Janeiro de 1992, na Inglaterra, emigrantes do Paquistão e do Bangladesh fundaram um contraparlamento islâmico; na França, com emigrantes preponderantemente do Magreb, tem havido fenómenos vários de recusa de integração, por exemplo o uso do véu nas escolas; já na Alemanha a situação é um pouco diferente: a maior parte é originária da Turquia, onde o Kemalismo foi tomando pé; em Portugal é sobretudo o grupo dos moçambicanos, com islamização proveniente da União Indiana.

Numa reunião do *Institut du monde arabe*, em 1992, em Paris, surgiu o conceito de «euro-islão» em contraposição a um «islão de gueto», e o francês Alain Finkielkraut disse que o abandono da cultura política da Europa em favor da cultura emigrante do terceiro mundo, esta sem democracia nem tradição dos direitos humanos, era *la défaite de la pensée*.

O medo do fundamentalismo tem de ser vencido, para que o racismo e a xenofobia não cresçam. Alternativa ao aparecimento de centros fundamentalistas na Europa («islão de gueto») são políticas de integração e de ajuda, para superar os problemas económicos nos Estados islâmicos: o caso argelino mostra que as crises económicas são o caldo de cultura para a mobilização fundamentalista.

4. TEXTO SAGRADO

A maior parte das grandes religiões (judaísmo, cristianismo, islamismo, hinduísmo, budismo, xintoísmo) apoiam-se num texto por elas considerado sagrado; são, às vezes e por esse motivo, designadas como «religiões do livro». O livro sagrado: reveste importância particular na vida e no pensar dos membros dessa religiões; é portador de uma revelação; o seu texto tem uso litúrgico; é regra de fundação das estruturas sociais ou de alguma delas; é critério único de fé, ou apenas um critério ao lado de outros.

Com a presente tentativa pretendo ilustrar, relativamente à religião cristã e à muçulmana (ambas «religiões do livro»: a Bíblia e o Alcorão, respectivamente), as diferenças quanto ao entendimento do carácter sagrado do texto, isto é, quanto à procedência divina do mesmo e, conseqüentemente, quanto à vinculação que ele opera, relativamente aos fiéis-crentes. A minha conclusão será: a exegese que os muçulmanos fazem do Alcorão, por ser anti-hermenêutica e anti-histórica, é inevitavelmente fundamentalista.

4.1. *Entendimento dos cristãos*

Para os cristãos, a palavra de Deus é não apenas a realidade da Revelação em acontecimentos e palavras, mas também a notícia escrita dessa Revelação, ou seja, a Bíblia; e a Bíblia é um livro inspirado, isto é, escrito sob a inspiração de Deus. O tema da inspiração da Sagrada Escritura toca vários aspectos, que tentarei sistematizar e resumir.

A Bíblia não afirma directamente e de propósito a inspiração divina de si mesma; aliás, tal afirmação constituiria um círculo vicioso: para dizer sem erro, que era inspirada, precisaria de ser inspirada.

A formulação da inspiração escriturística só se encontra, plena e explicitamente, nos escritos mais recentes do Novo Testamento: na 2Ped. 1,21 recupera-se a categoria vetero-testamentária da «acção do Espírito Santo», e na 2Tim. 3,16 introduz-se a categoria mais técnica da Escritura «inspirada por Deus», categoria herdada do mundo helenista, mas não conservando o sentido helenístico da inspiração mântica.

2Ped. 1,21: A profecia nunca foi dada por vontade humana, mas foi pela acção do Espírito Santo que os homens falaram em nome de Deus.
2Tim. 3,16: Toda a Escritura (*pasa graphé*) é inspirada por Deus (*theopneustos*) e útil para ensinar...

O sentido de *theopneustos* é passivo (=inspirada por Deus) e não activo (=que inspira Deus). Trata-se de um *apax legòmenon* no grego bíblico, isto é, de vocábulo que aparece uma só vez na Sagrada Escritura, não havendo qualquer lugar paralelo que ajude à sua interpretação.

Nas iluminuras medievais e na pintura renascentista é recorrente a imagem do evangelista a escrever, com uma pena na mão, uma estante diante de si, ele concentrado no trabalho, a cabeça ligeiramente inclinada, como se estivesse a escutar, e, perto da sua orelha, uma pomba, símbolo do Espírito Santo, que lhe sussurra o que deve escrever. A imagem sugere que o escritor sagrado é um diligente «secretário» de Deus, mas apenas secretário: uma espécie de máquina de escrever humana. A representação iconográfica é essa, mas a Igreja interroga-se sobre o que é o carisma da inspiração, não lhe interessa apenas o *was* (que coisa foi revelada e em que acreditar), mas também o *wie* (o como, do dado revelado).

O espírito (*pneuma*) da mântica (*mantike* = adivinhação, visão do futuro) do mundo helenístico indicava a força do sopro divino; este, investindo o sacerdote/sacerdotisa, transportava-o para um estado de *raptus* estático, ficando o adivinho fora de si, não livre, empurrado e arrastado como um louco, capaz de proclamar o oráculo em nome de um deus: pense-se na pitonisa de Delfos.

Ora bem, o uso linguístico de *theopneustos* não introduz a significação helenística da inspiração mântica. Pelo contrário o Novo Testamento revela escrúpulo em evitar a gama de sinónimos religiosos de *pneuma*; a inspiração mântica não é predicável dos profetas do Antigo nem do Novo Testamento e,

menos ainda, dos escritores sagrados, homens em plena posse de todas as suas faculdades. *Theopneustos* significa, tecnicamente, inspirado por Deus.

Não é o momento de refazer o percurso dos autores que procuraram explicar o *wie*, o modo como a acção divina se repercute no autor sagrado, humano, desde os antigos Padres da Igreja até ao Vaticano II. Encontram-se expressões a dizer que o escritor é «instrumento de Deus», que este é «autor» da Sagrada Escritura, que esta é um «ditado» divino, uma «carta de Deus», expressões todas elas a entender no respectivo contexto. A escolástica medieval aplica o conceito da instrumentalidade aos autores humanos sob moção divina, distinguindo autor principal e autor instrumental. O Vaticano II, na constituição *Dei Verbum*, retoma os dados sobre a inspiração bíblica, contidos na Bíblia e enriquecidos na Tradição da Igreja, apropria a relação entre as categorias de «Deus autor» e «inspiração», mas não se vincula nem codifica formulações mais pormenorizadas (citem-se as dos contemporâneos Rahner, McKenzie, McCarthy, Benoit, Grelot, Lohfink, Schökel, Schillebeeckx, Barth, Brunner, Abraham...); aliás vários problemas continuam abertos à investigação teológica.

Para além dos contributos da crítica literária, quanto à selecção e estruturação do material escrito, da história das formas (*Formgeschichte*) e da história da redacção (*Redaktionsgeschichte*), restam as afirmações fundamentais de que Deus é verdadeiro autor ao inspirar, e que os escritores bíblicos são também verdadeiros autores, isto é, não são instrumentos inertes e passivos, nem meros colecionadores de material preexistente: conhecem a fadiga da escrita, fizeram buscas pessoais, confiam o seu trabalho à verificação do leitor (vd. 2Mac. 2,24-33; 15,29; Lc. 1,1-4; 1Cor. 1,14-16), mantêm o seu temperamento, mentalidade, ideias, estilo e linguagem pessoal.

4.2. *Entendimento dos muçulmanos*

Para os muçulmanos o Alcorão não é um texto inspirado (no sentido que os cristãos dão ao conceito), pelo simples motivo de ser muito mais do que isso: é revelação literalmente transmitida, palavra por palavra, no sentido de que cada uma, ela própria, é revelação de Deus, foi materialmente ditada ao Profeta. O Arcanjo Gabriel, estando presente, autêntica, digamos, essa revelação e transmissão literal.

Para os muçulmanos, a revelação corânica é um ditado dogmático-literário que objectiva Deus no universo dos homens, é uma lei que, em simultâneo inefável e positiva, não pode ser afeita a circunstancialismos. Existe uma certeza palpável do Livro e do respectivo conteúdo: «não há dúvidas sobre este Livro, direcção dos perfeitos» (Sura 2,1). Mensagem ensinada palavra a palavra, se cada versículo é *aya*, sinal do Senhor, então o seu conjunto constitui objecto de veneração; os versículos, ditados divinamente e angelicamente assistidos, são inalteráveis.

Na mensagem corânica não se distingue, como no cristianismo, entre escrita inspirada e revelação: o texto foi materialmente ditado a Maomé, que recebeu o encargo de difundir *ipsis verbis* o seu conteúdo. O texto revelado apresenta-se como *xar*, lei (da *xar* decorre a *xaria*, a lei positiva), a explicitar ao crente aquilo em que é preciso acreditar e o que é imperativo fazer. No cristianismo a lei divina é participação na sabedoria do Criador; para os seguidores do Islão é uma decisão do Omnipotente: só Deus, no exercício do seu império, é legislador, sendo o Profeta o instrumento de uma vontade imperscrutável para as inteligências humanas. A lei corânica seria atraída na pureza da sua essência por uma análise racionalista do respectivo conteúdo, isto é, exige-se *a priori* uma adesão global ao conjunto, intangível como tal, sobre que não cabe crítica doutrinal e histórica, na acepção em vigor no Ocidente. Maomé usufruía, como Anunciador («nós enviamos-te como testemunha, como arauto de boas-novas e como advertidor» — Sura 33,44), de estado profético latente e habitual ao abrigo de uma luz revelada: todas as suas atitudes ou palavras aditavam e esclareciam em continuidade o conteúdo do Livro.

Talvez não houvesse grandes inconvenientes neste entendimento (mas não haveria mesmo?), se cada revelação ao Profeta tivesse apenas um conteúdo ético. Mas o dado divino, no Alcorão, está intrincado de normas de convivência social, de direito civil, comercial, penal (concretamente, e por exemplo, normas sobre roubo, assassinato, banditismo, adultério...). Consequentemente, e para continuar no direito penal, são insusceptíveis de comutação as penalidades corânicas... porque reveladas por Deus... e a função do juiz não é aplicar a pena, muito menos graduá-la, mas tão-só dar por provado o delito. Ou seja: a simples constatação do delito desencadeia o mecanismo punitivo. Exemplificação de quanto fica dito é o caso Rushdie: Khomeiny não condenou

Salmon Rushdie à morte, apenas constatou que este cometeu o crime de apostasia com agravantes; verificado o crime... a única saída possível é a pena de morte!

A lei corânica traduz-se em embeber no direito corânico tudo o que é civil, e então fica-se prisioneiro da letra da revelação. O problema é que a letra é não só anacrônica como também inadequada e, sobretudo, insuficiente para prover a todas as situações.

Como consequência da falta de elementos de direito corânico (a vida é dinâmica, enquanto as normas escritas se «cristalizam»), foram sendo assimilados contributos de proveniência diversa (no início provinham sobretudo da área do império Bizantino), naquilo que não contrariasse o próprio Alcorão. O resultado desta «abertura» foi a construção de hybridismos, uma construção artificial e mentirosa desses mesmos legados, porque as soluções preconizadas se faziam remontar ao Profeta quando estava fora dos momentos de transe/revelação. São os chamados *h'adiths*. Ao pretender legitimar a aceitação desses contributos novos, procedeu-se da forma seguinte (permita-se o esquema): «segundo contou N, que ouviu a N, ... (outros nomes na cadeia de transmissão), que ouviu a N, que perguntou ao Profeta, o qual respondeu...». Isto é: os militares ou os responsáveis pela coisa pública pediam aos doutores que lhes encontrassem solução para os problemas novos; os doutores operavam por analogia e pragmaticamente a partir da necessidade concreta, remontando a Maomé por este processo, considerado verosímil. A verdade, no entanto, é que nem sequer 5% dos *h'adiths* são autênticos, e a «construção» em si mesma é, aos olhos de um ocidental, mentirosa.

Estes vários dados culturais constituem a *Sunna*, a tradição, a segunda fonte de direito do Islão, visto a primeira ser a *Xaria*. A *Sunna* vem a definir-se nos quatro primeiros Califados, quando o pietismo reverencial começou a coligir as histórias ou tradições (*h'adiths*), referentes à vida e actuação de Maomé. Como o mais reputado seleccionador de *h'adiths* é considerado El-Bokhari (810-870), que se preocupou em determinar a idoneidade informativa e a autenticidade histórica e ininterrupta da respectiva cadeia de transmissão, como ficou esquematizado atrás.

E o dilema do islamismo é este:

— ou faz a revisão da fisionomia por si mesmo plasmada nesses primeiros séculos, independentemente de os dados serem válidos — mas será posta em causa a identidade dos povos muçulmanos.

— ou não se mexe em nada, para não mexer no edifício — e fica-se prisioneiro do anacronismo e das insuficiências do Alcorão.

Ora o Islão, em virtude da atitude hermenêutica que assume perante o seu Livro Sagrado, adoptará sempre este segundo membro da alternativa. Numa operação xenófoba, procurará sempre a «pureza original» da *Xaria*, fará recorrentemente operações de expurgo dos corpos estranhos, das influências desvirtuantes, entretanto infiltradas por obra das mediações e legados culturais.

Logo, o Islão está «condenado» a ser fundamentalista, quanto ao entendimento que faz do seu texto sagrado, onde tudo é materialmente ditado por Alá ao Profeta. A isso o conduz a atitude anti-hermenêutica que lhe é conatural ou, se se preferir, a exegese de tipo fundamentalista em que se traduz a abordagem ao Alcorão.

Num opúsculo de Maio de 1993, coordenado por Yiossuff Adamgy, Muhammad Madureira e Muhammad Ali, *A versão actual da Bíblia-Palavra de Deus?*, para além da finalidade proselitista, reemerge claramente (e coerentemente) a exegese fundamentalista do Islão, a propósito de elementos «contraditórios» na Bíblia. Lê-se, nas páginas 24-25 e 28, o seguinte: «...impossibilidade de a Bíblia ser, na sua globalidade, revelada por Deus... poderia Deus ter sido o Autor de tanta confusão, contra-senso e contradição? Pode a versão actual da Bíblia servir de orientação aos homens angustiados e cheios de dúvidas?... Combatemos pela implantação... das ordens que Deus nos enviou através dos Seus Mensageiros; mas o cumprimento dessa missão exige um conhecimento rigoroso, isento de qualquer ambiguidade e contradição... exige um Livro puro, intocável e sem contradições... Para quem preza o método científico, uma só conclusão se pode tirar... impõe-se pois buscar no Sagrado Alcorão a água límpida para saciar a nossa sede de verdade».

Em resumo, estamos perante dois mundos diferentes:

- a. no Islão, o Deus uno e único dita o seu império e positiva a sua lei. Para ele, a vida do homem, nas suas vertentes religiosa, sociológica, política e económica constitui uma homogeneidade, onde tempo e espaço se interpenetram na Harmonia/Equilíbrio contida na acepção etimológica de Islão;
- b. a civilização ocidental (tributária da herança grega, do direito romano e do enunciado cristão em que o binómio Deus/César degenerou até

às últimas consequências, fazendo do segundo o referencial útil) quantifica e qualifica pelo humano o tempo e o espaço, formaliza a lei, legitimada na soberania popular, pratica uma racionalidade que recorre continuamente ao dado numérico, recapitula-se no avanço da tecnologia e, em contrapartida, angustia-se constantemente acerca de si própria, do Princípio e do Fim.

Onde a civilização ocidental resvala para adaptar a ordem sacra às circunstâncias, o Islão propõe-se conformar a realidade ao ideal da lei positiva divina.

5. CONCLUSÃO

O fundamentalismo é um fenómeno que ameaça a paz e a liberdade, porque em todas as formas de que se reveste cultiva, por princípio, o absolutismo ideológico. Este absolutismo ideológico gera, como consequência de si mesmo, intolerância, opressão da consciência e todas as formas possíveis de agressão; e pode ter sequelas políticas de dimensões catastróficas, pode acarretar consequências que, embora dêem pouco nas vistas, não são menos funestas para a paz e felicidade individual; aliás, de muitos indivíduos. Especialmente em perigo, e também perplexa e surpreendida, está a juventude. Por todas estas razões, o fundamentalismo é um fenómeno de alto risco.

O actual Papa referiu-se a este problema na mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1 de Janeiro de 1991, cujo título pode causar admiração: «Se queres a paz, respeita a consciência de cada homem».

João Paulo II desenvolve o seu pensamento afirmando que só pode haver paz se os homens viverem de acordo com a sua consciência e respeitarem a consciência dos demais, valendo a afirmação também no campo religioso: «todos devem respeitar a consciência de cada um e não procurar impor a ninguém a própria 'verdade', permanecendo íntegro o direito de a professar, sem que, por isso, seja desprezado quem pensa de outro modo. *A verdade só se impõe por si própria*» (n.º 1).

Em consequência, o absolutismo ideológico intolerante é um perigo para a paz: «a intolerância pode ser [ainda] fruto de um certo fundamentalismo, que constitui uma tentação frequente. Ele pode conduzir facilmente a graves

abusos, tais como a suspensão radical de toda a manifestação pública de diferença, ou até a recusa da liberdade de expressão como tal. Também o fundamentalismo pode levar à exclusão do outro, da vida civil, ou, no campo religioso, a medidas coercivas de 'conversão'. Por muito que se ame a verdade da própria religião, isso não dá, a nenhuma pessoa ou grupo, o direito de tentar reprimir a liberdade de consciência de todos quantos têm outras convicções religiosas ou de os conduzir a falsear a sua consciência...» (n.º 4).

Naturalmente que o Papa, como outros homens leais e sinceros, está preocupado com a verdade; mas reconhece e afirma que o caminho para se chegar a ela é o respeito pela consciência: «a liberdade de consciência, rectamente concebida, por sua própria natureza, sempre se orienta para a verdade. Sendo assim, ela conduz não à intolerância, mas à tolerância e à reconciliação. Esta tolerância não é nunca virtude passiva, já que tem as raízes num amor activo e tende a transformar-se num compromisso positivo para assegurar a todos a liberdade e a paz» (n.º 4).

Samuel Rodrigues

NOTA — Este trabalho inspira-se (às vezes transcrevendo) nos seguintes elementos bibliográficos: AA. VV., «*Katholischer Fundamentalismus*» (Pustet, Regensburg 1991); *Der Spiegel* (47/5) de 1.2.93, pp. 108-127; J. P. MICHAEL, *Fundamentalismus* e R. SCHERER, *Moderнизм*, in «*Lexikon für Theologie und Kirche*»², vols. 4 e 7 (Freiburg/Breisgau 1960 e 1962); J. NIEWIADOMSKI, *Fundamentalismus*, in «*Lexikon der Sekten, Sondergruppen und Weltanschauungen*»³ (Freiburg/Breisgau 1990); R. BERGERON, *Les fondamentalistes et la Bible* (Québec 1987); V. MANNUCCI, *Bibbia come Parola di Dio*⁵ (Queriniana, Brescia 1987); FERNANDO AMARO MONTEIRO, *O Islão, o poder e a guerra* (Lisboa 1992 — dissertação de doutoramento, ainda inédita), e os artigos *Sobre o Islão. Para uma explicação do contemporâneo*; e *Nos relançamentos de uma ideologia: Khadafi e a sua «terceira teoria universal»*, in «*Africana*», n.º 1 (Set. 1987) 107-140 e n.º 2 (Mar. 1988) 239-273, respectivamente.